
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CREMER S.A.**

entre

CREMER S.A.,
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

CREMER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.,
como Garantidora

DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.,
como Garantidora

EMBRAMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
como Garantidora

Datado de
30 de outubro de 2015

67. Q

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CREMER S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- I. Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

CREMER S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria A, com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Iguaçu, n.º 291/363, CEP 89030-030, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 82.641.325/0001-18 e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o NIRE 42.300.016.438, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

- II. Na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

- III. Na qualidade de Garantidores:

CREMER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Iguaçu, n.º 444, sala 03, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.980.235/0001-76, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Cremer Administradora");

DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Iguaçu, n.º 444, sala 03, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.190.675/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Dental Cremer");

EMBRAMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., sociedade de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Agostino Togneri, n.º 399, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.383.338/0001-00, neste ato representada na forma de seu contrato social, ("Embramed", e em conjunto com a Cremer Administradora e com a Dental Cremer, "Garantidoras")

87. 

vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.*” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1 Autorizações Societárias da Emissora. A presente Escritura e o “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Cremer S.A.*” (“Contrato de Distribuição”), a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) são celebrados com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 30 de outubro de 2015 (“RCA da Emissora”), na qual foram deliberadas e aprovadas, entre outros: (a) a realização da Emissão (conforme definido abaixo) e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo), bem como de seus termos e condições; (b) a celebração desta Escritura e de todos os demais documentos da Oferta Restrita, inclusive eventuais aditamentos a esta Escritura e demais documentos da Oferta Restrita; e (c) a autorização para outorga de Fiança (conforme abaixo definido) pelas Garantidoras, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e do estatuto social da Emissora.

1.2. Outras Autorizações. A outorga da Fiança (conforme abaixo definido) pelas Garantidoras e a celebração desta Escritura, inclusive eventuais aditamentos a esta Escritura, foram aprovadas por meio (i) da Reunião de Sócios da Cremer Administradora realizada em 30 de outubro de 2015 (“Reunião de Sócios – Cremer Administradora”); (ii) da Assembleia Geral Extraordinária da Dental Cremer realizada em 30 de outubro de 2015 (“AGE – Dental Cremer”); e (iii) da Reunião de Sócios da Embramed realizada em 30 de outubro de 2015 (“Reunião de Sócios – Embramed”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e desta Escritura (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta Restrita”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

07 R

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, sendo obrigatório, não obstante, o envio dos comunicados de início e de encerramento da Oferta Restrita à CVM nos termos dos artigos 7º- A e 8º da Instrução CVM 476, respectivamente.

2.1.2. A Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do §1º, inciso I, e do §2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para o cumprimento desta obrigação, até o envio, à CVM, da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento e Publicação

2.2.1 A ata da RCA da Emissora será arquivada na JUCESC e será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no Jornal de Santa Catarina, conforme disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações ("Jornais da Emissora").

2.2.2 A ata da Reunião de Sócios – Cremer Administradora será arquivada na JUCESC.

2.2.3 A ata da AGE – Dental Cremer será arquivada na JUCESC e publicada nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.4 A ata da Reunião de Sócios – Embramed será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP").

2.3. Registro e Inscrição da Escritura na JUCESC

2.3.1 Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais Aditamentos, devidamente registrados na JUCESC, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.3.2 Em virtude da Fiança, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (i) na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina ("Cartório de Blumenau"; (ii) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório do Rio de

87. Q

Janeiro"); e (iii) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Cartório de São Paulo" e, em conjunto com o Cartório de Blumenau e o Cartório do Rio de Janeiro, "Cartórios"), sendo certo que a Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e eventuais Aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1 As Debêntures serão depositadas para:

- i. distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- ii. negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social a exploração da indústria e do comércio de produtos para saúde, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgicos, hospitalares e de laboratórios, produtos têxteis (tecidos e não tecidos), adesivos cirúrgicos e fitas adesivas industriais, cosméticos, de perfumaria e higiene, comércio de medicamentos, de saneantes e de produtos de uso veterinário, produtos alimentícios em geral, além de atividades florestais, agropastoris, de informática, imobiliárias (administração, aluguel, compra e venda de bens imóveis próprios) e de prestação de serviços.

67. Q

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Valor Total da Emissão

3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), a serem distribuídos sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do Contrato de Distribuição ("Valor Total da Emissão").

3.4 Número de Séries

3.4.1 A Emissão será realizada em uma única série.

3.5 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do Contrato de Distribuição.

3.5.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.5.2.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, § único, da Instrução CVM 476.

3.5.2.2 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.

3.5.2.3 Para fins da Oferta Restrita, serão considerados (i) "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"); e (ii) "Investidores

67. 0

Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 9-B da Instrução da CVM 539, sendo certo que nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social. Adicionalmente fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3 A Companhia não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro junto à CVM.

3.5.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá ser registrada junto à ANBIMA nos termos da Cláusula 2.1.2 acima; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; (iii) e efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora.

3.6 Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1 O banco liquidante e o escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador”), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Escriturador e Banco Liquidante na prestação dos serviços previstos neste item.

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos líquidos captados pela Emissora com a integralização das Debêntures serão destinados ao resgate antecipado das notas promissórias comerciais da 2ª (segunda) emissão da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 06 de novembro de 2015 (“Data de Emissão”).

7



4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma.** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora, e serão emitidas sob a forma escritural e nominativa, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3 **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, com vencimento final em 06 de novembro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado e Resgate Antecipado Total, previstas nesta Escritura.

4.1.4.1 Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, pelo Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido) acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido).

4.1.5 **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5.1 **Atualização.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas.** Serão emitidas 75 (setenta e cinco) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de subscrição.

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, denominadas "Taxas DI over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures, de acordo com a fórmula descrita no item 4.2.2 abaixo.

4.2.1.1 Farão jus ao recebimento da Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento da Remuneração. O pagamento da

Remuneração será feita pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP.

4.2.2. **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures, inclusive, até o término do Período de Capitalização das Debêntures, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

TDIk Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DIk Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 1,5000;

DP número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na data de pagamento da Remuneração não houver apuração e/ou divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.5 a 4.2.8 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.2.3. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos

demaís Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.


4.2.4. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.2.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação (“Período de Ausência da Taxa DI”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do Período de Ausência da Taxa DI ou da data de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, conforme o caso, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Tal Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 23 (vinte e três) dias contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura em relação aos Debenturistas, a última Taxa DI divulgada pela CETIP até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.2.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.2.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substituta entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito os Debenturistas e o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar a partir da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre as abaixo:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, exceto pelo pagamento previsto na Cláusula 6.1.8, no prazo de 30 (trinta)

67. 

dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, além de eventuais Encargos Moratórios (conforme definido abaixo) incidentes nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a última Taxa DI divulgada pela CETIP até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas; ou

- (ii) a Emissora deverá apresentar um novo cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o novo cronograma de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o estabelecido na Cláusula VIII abaixo, sendo que a taxa substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação quanto à taxa substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1 Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data da Emissão, em maio e novembro, nas datas indicadas abaixo, sendo o primeiro pagamento devido em 06 de maio de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada data de pagamento da Remuneração, uma “Data de Pagamento da Remuneração”):

Data de Pagamento da Remuneração
06 de maio de 2016
04 de novembro de 2016
05 de maio de 2017
06 de novembro de 2017

87
12
P

4.4. Amortização

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado e de Resgate Antecipado Total, previstas nesta Escritura:

4.5. Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1 Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo ou incidência de qualquer outro Encargo Moratório, aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória convencional fixa de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento da obrigação pecuniária até a data do efetivo pagamento, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios, observados os prazos de cura aqui previstos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em questão.

4.9. Forma de Subscrição e Integralização

4.9.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição das Debêntures (conforme abaixo definido), em uma única data, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP (“Data de Integralização”).

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas, na Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”), de acordo as normais de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1 Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados, (A) (i) na forma de aviso, nos Jornais da Emissora; ou (ii) envio de notificação a todos os Debenturistas e (B) por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.cremet.com.br/ri>), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais aplicáveis. A Emissora poderá alterar os jornais de publicação por outro jornal de grande circulação, mediante (A) comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e (B) (i) a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, ou (ii) envio de notificação a todos os Debenturistas, observando sempre os prazos legais aplicáveis. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, da realização de qualquer publicação, ou em prazo específico menor, conforme previsto nesta Escritura. Os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecerão ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, deverão ser de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso aos Debenturistas.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Banco Liquidante e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, à Emissora, com cópia ao Banco Liquidante e Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pela Emissora, pelo Banco Liquidante e Escriturador.

4.15.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 4.15.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora e/ou ao Banco Liquidante e Escriturador depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora e/ou o Banco Liquidante e Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.16. Garantia Fidejussória

4.16.1 As Garantidoras, neste ato, obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, pelo pagamento integral das Debêntures, que compreende seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e todos os seus acessórios, aí incluídos, mas não se limitando, os Encargos Moratórios, os valores devidos no âmbito da Cláusula 6.1.8 abaixo e outros acréscimos, inclusive eventuais custos comprovadamente incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e interesses relacionados às Debêntures, e à execução da Fiança, conforme os artigos 818 e 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Fiança", "Obrigações Garantidas", "Valor Garantido" e "Código Civil", respectivamente)

4.16.2. Observado o disposto na Cláusula 4.16.1 acima, as Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos

67. Q
15

artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”).

4.16.3. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Garantidoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16.4 Os valores devidos nos termos da presente Escritura, incluindo, mas não se limitando, às Obrigações Garantidas, serão devidos e deverão ser pagos pelas Garantidoras no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da respectiva comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário informando-os sobre a falta de pagamento ou declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

4.16.5 As Fianças entrarão em vigor na data de assinatura desta Escritura, permanecendo válidas em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas. As Garantidoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura.

4.16.6 Todo e qualquer pagamento realizado pelas Garantidoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, e deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP.

4.16.7 As Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.16, observado, entretanto, que as Garantidoras desde já concordam e obrigam-se a exigir, compensar e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas Garantidoras nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.16.8 As Garantidoras concordam e se obrigam a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura, repassar tal valor ao Agente Fiduciário, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, para pagamento aos Debenturistas.

4.16.9. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

4.16.10 As Fianças prestados nos termos nesta Cláusula 4.16 vinculam as Garantidoras, bem como suas sucessoras a qualquer título, devendo suas respectivas sucessoras, a qualquer título, assumir prontamente a Fiança prestada nos termos desta Escritura. Nessa hipótese, a presente Escritura deverá ser aditada para que constem os dados das sucessoras das Garantidoras e registrados nos Cartórios nos termos da Cláusula 2.3.2.


CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Total

5.1.1. *Resgate Antecipado Total.* A Emissora poderá, a partir do dia 08 de maio de 2017, inclusive realizar o resgate antecipado total das Debêntures, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, devida desde a Data de Integralização (ou a data do último pagamento da Remuneração) até a data do efetivo resgate e (ii) de prêmio a ser proposto, em termos usuais de mercado para este tipo de operação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, limitado ao valor que seria pago pela Emissora nos termos da Cláusula 6.1.8 abaixo ("Prêmio"), a ser convocada nos termos da Cláusula VIII abaixo. Caso a Emissora e os Debenturistas não cheguem a um acordo quanto ao Prêmio, a Emissora não poderá realizar o Resgate Antecipado Total ou poderá realizá-lo mediante o pagamento do Prêmio proposto pelos Debenturistas, de acordo com os seguintes procedimentos ("Resgate Antecipado Total"):

- (a) mediante comunicação prévia, por escrito, enviada por meio de notificação a todos os Debenturistas ou publicada por pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 4.12.1, contendo a data, o local de realização e o procedimento de resgate e o valor a ser resgatado, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data que deverá ocorrer o Resgate Antecipado Total ("Comunicado de Resgate Antecipado Total"), endereçada ao Agente Fiduciário, à CETIP e aos Debenturistas;
- (b) o valor a ser pago do total à título de Resgate Antecipado Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração até a data em que as Debêntures forem resgatadas, e do Prêmio indicado acima, conforme previsto no Comunicado de Resgate Antecipado Total;
- (c) o Resgate Antecipado Total deverá ser realizado, (i) com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP; e/ou (ii) com relação às Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora e/ou em conformidade com os procedimentos do Escriturador, conforme aplicável; e

67. 
17

- (d) todos os custos e despesas decorrentes do Resgate Antecipado Total aqui previsto serão integralmente incorridos pela Emissora.

5.1.2 No caso do Resgate Antecipado Total, as Debêntures serão obrigatoriamente canceladas.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

5.2.2 As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.2 a 6.1.8 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) falta de pagamento, pela Emissora, por período superior a 1 (um) Dia Útil, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura na data de seu respectivo vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura que não seja regularizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência do respectivo descumprimento;
- (c) falsidade ou incorreção comprovadas, em qualquer aspecto relevante, das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e relativas a esta Emissão;
- (d) vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer de suas Coligadas (conforme abaixo definido) ou Controladas Relevantes (conforme abaixo definido), sem prejuízo dos prazos para sua regularização previstos nos respectivos instrumentos, cujo valor individual ou agregado seja superior a

R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“IPCA”) desde a Data de Emissão (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da respectiva obrigação considerada inadimplida;

- (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA desde a Data de Emissão (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), salvo se (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou (ii) for cancelado ou sustado dentro do prazo legal;
- (f) condenação da Emissora, em uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado e não cumpridas, que, em conjunto ou isoladamente, resulte em obrigação de pagamento para a Emissora de valor unitário ou agregado superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA desde a Data de Emissão (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo);
- (g) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA desde a Data de Emissão (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo), salvo as hipóteses nas quais as autuações governamentais supra estejam sendo discutidas ou venham a ser, no prazo legal, de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativas e judiciais competentes;
- (h) cisão, fusão, liquidação, dissolução, extinção, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que impliquem alteração no controle acionário da Emissora, durante o prazo da operação, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto (i) pela alteração de participação societária pelo controlador da Emissora, desde que permaneça na qualidade de controlador (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), ou (ii) pela venda de ativos imobiliários e/ou contribuição de ativos para novas sociedades a serem constituídas pela Emissora, figurando esta como sócia ou acionista de tais sociedades, desde que as atividades de tais sociedades sejam relacionadas ao objeto social da Emissora conforme atualmente disposto em seu Estatuto Social;
- (i) ocorrência de alterações no controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, excetuando-se (i) os casos em que a transferência de controle ocorrer entre empresas do mesmo grupo

econômico dos atuais controladores diretos e/ou indiretos da Emissora, conforme aplicável; ou (ii) houver o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

- (j) redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (k) alteração do objeto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220, 221 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora ou por qualquer de suas Coligadas (conforme abaixo definido) ou Controladas Relevantes (conforme abaixo definido);
- (n) extinção (exceto por incorporação), liquidação ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Coligadas (conforme abaixo definido) ou Controladas Relevantes (conforme abaixo definido);
- (o) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- (p) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (q) transferência, alienação ou disposição, por qualquer outra forma, de quaisquer ativos registrados no balanço da Emissora como ativo imobilizado, ativo intangível e na rubrica investimentos (que inclui participações societárias), cujo valor apurado nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes em relação à respectiva data da transferência, alienação ou disposição, conforme o caso, seja superior a 20% (vinte por cento) do valor do ativo total da Emissora, conforme apurado nessas mesmas demonstrações financeiras, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

- (r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (s) constituição de penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, usufruto, garantia flutuante ou qualquer outro ônus, gravame, vinculação, oneração ou direito de garantia equivalente (“Ônus”), sobre quaisquer ativos (inclusive recebíveis) da Emissora, sem a anuência prévia dos Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ficando desde já excetuados os (i) Ônus constituídos em decorrência de expressa determinação legal; (ii) Ônus existentes na Data de Emissão; (iii) Ônus que sejam constituídos sobre ativos financiados através de modalidades de crédito concedidas por agências de fomento ou desenvolvimento, no Brasil ou no exterior; (iv) Ônus que sejam constituídos em decorrência de modalidades de crédito concedidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; (v) Ônus que sejam constituídos em favor de qualquer instituição financeira que atue como agente do Governo Federal em operações de financiamento qualificadas como Empréstimos do Governo Federal – EGF; ou outra operação de natureza correspondente que venha substituir as operações qualificadas como Empréstimos do Governo Federal – EGF; ou (vi) Ônus que sejam constituídos em quaisquer contratos que constituam obrigação de pagamento, pela Emissora, durante o período de vigência das Debêntures, em montante individual ou agregado inferior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) corrigido pela variação do IPCA desde a Data de Emissão (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo). Para os efeitos deste item, não serão considerados Ônus as fianças prestadas pela Emissora em contratos de locação de imóveis ou em contratos de fornecimento de energia elétrica, bem como operações de cessão de recebíveis presentes e futuros da Emissora, com ou sem coobrigação ou direito de regresso contra a Emissora, firmados no curso regular dos negócios da Emissora e que, em qualquer hipótese, não constituam uma garantia;
- (t) caso, cumulativamente, (i) a Emissora efetue a distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório previsto em seu estatuto social e (ii) o resultado da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA calculada nos termos da alínea “u” abaixo seja maior que 3,00. Para fins deste item será considerada a apuração do Índice Financeiro do trimestre imediatamente anterior à data da efetiva da distribuição de dividendos;
- (u) descumprimento pela Emissora, até o vencimento das Debêntures, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), os quais serão acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas últimas demonstrações financeiras trimestrais revisadas e consolidadas da Emissora e nas demonstrações financeiras anuais auditadas e consolidadas da Emissora. A apuração dos Índices Financeiros será realizada em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, sendo que a primeira apuração dos Índices Financeiros será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas de 31 de dezembro de 2015:

- (a) o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) deverá ser menor ou igual a 3,5; e
- (b) o índice obtido pela divisão da Geração de Caixa pelo Serviço da Dívida (conforme definidos abaixo) deverá ser igual ou maior a 1,30.

Onde:

- “Dívida Líquida” significará o resultado da seguinte fórmula: empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos (+) leasing financeiro (+) Debêntures em Circulação (-) disponibilidades de caixa (-) aplicações financeiras.
 - “EBITDA” significará o resultado da seguinte fórmula, calculada em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração: lucro líquido (+) despesa/receita financeira líquida (+) provisão para IRPJ/CS (+) depreciações/amortizações.
 - Geração de Caixa significará o resultado da seguinte fórmula: disponibilidade de caixa e aplicações financeiras apuradas no final do período anterior (+) EBITDA (conforme definido acima) (-) imposto de renda dos últimos 12 (doze) meses (-) contribuição social dos últimos 12 (doze) meses.
 - Serviço da Dívida significará o resultado da seguinte fórmula: amortização de principal da Dívida Líquida (conforme definido acima) (+) pagamento de juros da Dívida Líquida (conforme definido acima).
- (v) inadimplemento de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora ou de qualquer de suas Coligadas (conforme abaixo definido) ou Controladas Relevantes (conforme abaixo definido), não sanado no período de cura previsto no respectivo instrumento, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA desde a Data de Emissão (ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo).

6.1.1. Para fins do disposto nesta Escritura, entendem-se por “Coligadas ou Controladas Relevantes”: (i) as Garantidoras; e/ou (ii) as sociedades coligadas ou controladas, conforme o caso, da Emissora, cuja respectiva receita líquida apurada nas suas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas mais recentes, multiplicada pela participação societária detida pela Emissora, na data do respectivo evento, na respectiva coligada ou controlada, conforme o caso, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Emissora conforme apurada nas suas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas mais recentes.

6.1.2 A Emissora deverá informar o Agente Fiduciário quanto à ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, na mesma data de sua ocorrência.

6.1.3. O Agente Fiduciário, tomando ciência da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos itens (a), (d) (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m) (n), (o), (q), (r) e (s) acima poderá declarar o vencimento antecipado automático das Debêntures. Caso ocorra vencimento antecipado automático, o Agente Fiduciário enviará comunicado à Emissora acerca da ocorrência de um evento de vencimento antecipado automático e a Emissora, por sua vez, deverá realizar o pagamento em até 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de tal comunicado.

6.1.4. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados no parágrafo imediatamente acima (eventos de inadimplemento não automáticos), o Agente Fiduciário ou a Emissora (caso o Agente Fiduciário não o faça) no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures (conforme regras e quórum estabelecidos abaixo). O vencimento antecipado será formalizado na própria assembleia, e a Emissora deverá ser notificada do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário no Dia Útil imediatamente subsequente à data da referida assembleia, na qual deverá constar o prazo de até 3 (três) Dias Úteis para a realização do(s) respectivo(s) pagamento(s), contados da data de recebimento da notificação pela Emissora.

6.1.5 Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.1.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula VIII abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.1.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima por falta de quórum em segunda convocação; (ii) não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário e/ou pela Emissora no prazo mencionado acima; ou (iii) de não ser aprovado o exercício da faculdade de não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, prevista acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado automático ou não automático das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1.8 abaixo, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura incluindo, mas não se limitando aos Encargos Moratórios, se aplicáveis.

6.1.8 Em caso de declaração do vencimento antecipado automático ou não automático das Debêntures, nos termos desta Cláusula VI, bem como da ausência de acordo sobre a taxa substituta entre a Emissora e os Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.2.7 acima, a Emissora obriga-se a indenizar o Debenturista por qualquer prejuízo, custo e/ou despesa decorrente deste pagamento

67 Q

antecipado, incluindo-se, mas não se limitando, o valor de eventuais custos e/ou emolumentos a serem cobrados pelas respectivas câmaras de compensação locais e internacionais relacionados aos itens abaixo, somente quando aplicável, somado à diferença entre:

(i) o valor presente da Remuneração que seria recebida pelo Debenturista entre a data do efetivo pagamento das Debêntures (inclusive) até a Data de Vencimento inicialmente prevista nesta Escritura (exclusive) (“VPi”). O VPi será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$VPi = \frac{VNe \times \left\{ \left[\left(\frac{TDIf}{100} + 1 \right)^{(1/252)} \right] \times \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{(1/252)} \right] \right\}^n}{\left(\frac{TDIf}{100} + 1 \right)^{(n/252)}}$$

Onde:

VNe= Valor Nominal Unitário.

TDIf = Taxa DI Futura divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, interpolada, para o prazo compreendido entre a data do efetivo pagamento das Debêntures (inclusive) e a Data de Vencimento inicialmente prevista nesta Escritura (exclusive). Será utilizada a Taxa DI Futura do Dia Útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento das Debêntures.

Spread: tem o significado da sobretaxa atribuído na Cláusula 4.2.1 acima.

n = número de Dias Úteis do prazo compreendido entre a data do efetivo pagamento das Debêntures (inclusive) e a Data de Vencimento inicialmente prevista nesta Escritura (exclusive).

(ii) o valor presente do montante total de juros que o respectivo Debenturista seria remunerado caso o Valor Nominal Unitário das Debêntures por ele detidas fosse investido, entre a data do efetivo pagamento das Debêntures (inclusive) e a Data de Vencimento inicialmente prevista nesta Escritura (exclusive), em ativo livre de risco de inadimplemento com viés de risco soberano e/ou risco de correção monetária (“Ativo Livre de Risco”) que apresente a melhor remuneração no Dia Útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento tanto no mercado financeiro local e/ou quanto no mercado financeiro internacional (“VPi”). O valor presente do montante total de juros será calculado com base na remuneração do Ativo Livre de Risco disponível no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento das Debêntures (“Remuneração Livre de Risco”).

$$VP_{it} = \frac{VNe \times \left[\left(\frac{RemALR}{100} + 1 \right)^{(1/252)} \right]^n}{\left(\frac{IndALR}{100} + 1 \right)^{(n/252)}}$$

Onde:

VNe = Valor Nominal Unitário.

RemALR = Remuneração do Ativo Livre de Risco.

n = número de Dias Úteis do prazo compreendido entre a data do efetivo pagamento das Debentures (inclusive) e a Data de Vencimento inicialmente prevista nesta Escritura (exclusive).

IndALR = indexador subjacente ao Ativo Livre de Risco.

6.1.8.1 Na ocorrência dos eventos descritos na Cláusula 6.1.8 acima, os debenturistas deverão elaborar a memória de cálculo para pagamento dos custos previstos acima e enviá-los para a Emissora em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência dos eventos descritos na Cláusula 6.1.8 acima.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura e sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, a Emissora obriga-se, conforme o caso, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de encerramento do exercício social: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores; (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii)

declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura; e (iii) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas Coligadas e Controladas Relevantes em 31 de dezembro do exercício anterior, acompanhado de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento ;

- (ii) dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre do exercício social, e não antes da divulgação ao mercado: (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas de relatório de revisão especial dos auditores independentes e do relatório da administração, caso não estejam disponíveis no site da CVM na internet; (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, a ser verificado pelo Agente Fiduciário, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura;
- (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no *site* da CVM na internet;
- (iv) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais da Emissora, caso não estejam disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas;
- (v) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada de forma razoável e justificada pelo Agente Fiduciário;
- (vi) confirmação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações principais e acessórias, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
- (vii) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência.

- (b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
- (d) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (f) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) enquanto for companhia aberta, manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480;
- (h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (i) manter as Debêntures registradas para negociação na CETIP durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura;
- (k) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de atuação da Emissora;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os titulares de Debêntures;

- (m) comunicar o Agente Fiduciário de qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.7.1 acima;
- (n) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (o) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (p) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (q) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador e Banco Liquidante e a CETIP;
- (r) divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;
- (s) observar as disposições da Instrução CVM 358, inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na internet a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;
- (t) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na internet, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e mantê-las disponíveis em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (u) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (v) efetuar o pagamento de todas as despesas despendidas pelo Agente Fiduciário que venham a ser comprovadamente necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras

despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;

- (w) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (x) manter lista disponibilizada pelo Coordenador Líder contendo as seguintes informações dos Investidores Profissionais: (a) nome; (b) CPF ou CNPJ; (c) data em que foram procurados; e (d) sua decisão com relação à Oferta Restrita;
- (y) manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476. Os documentos e informações aqui referidos podem ser mantidos em meios físicos ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas; e
- (z) cumprir com todas as obrigações dispostas na Instrução CVM 476, em especial as previstas em seu artigo 17.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.1. Convocação

8.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

8.1.2. Em qualquer caso de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, a convocação se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Caso a convocação seja realizada pelos Debenturistas, estes deverão notificar a Emissora por meio de carta.

8.1.3. A primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com no mínimo 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contados da data do primeiro anúncio da primeira convocação. A segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser feita com no mínimo 8 (oito) dias corridos de antecedência, contados da data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

B 7. Q

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) esta devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças cuja falta não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (f) esta cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto no que se refere a leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais cujo descumprimento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

- (g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura;

(i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;

(j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de suas situações econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debitistas;

(k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;

(l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer plenamente suas funções com relação a esta Emissão;

(m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(n) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura;

(o) mantém em vigor todo e qualquer instrumento ou contrato da qual a Emissora seja parte cuja eventual extinção impedisse a Emissora de conduzir suas operações;

(p) cumprirá rigorosamente, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

(q) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;

(r) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro)

22
8/

meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

- (s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e

- (t) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

9.2. As Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (b) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome das Garantidoras, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes das Garantidoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

- (d) são sociedades de responsabilidade limitada e/ou sociedade por ações, conforme aplicável, devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras; e

- (e) devido à sua condição de empresa do mesmo grupo da Emissora, são terceiros interessados na liquidação das Obrigações Garantidas e reconhecem a legitimidade da outorga da Fiança em garantia e em benefício dos Debituristas.

CLÁUSULA X AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

10.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debituristas.

10.2. Declaração

10.2.1 O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (d) esta devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (f) esta devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (i) que não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto aquelas descritas no Anexo I desta Escritura; e
- (j) conforme disposto nos itens 7.1.(a).(i) e 7.1.(a).(ii), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das controladas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora nos referidos itens.

10.3. Substituição

10.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo

21
67
P

próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 10.3.6 abaixo.

10.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

10.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo ser arquivado na JUCESC.

10.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura ou até sua efetiva substituição.

10.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

10.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

10.4. Deveres

10.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

25
8
7

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) Solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário;
- (i) Solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (k) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) Elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 6.1(u);

l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

l.9) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e

l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;

(m) Disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da Emissora;

m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na CVM;

m.4) na CETIP; e

m.5) na sede do Coordenador Líder.

- (n) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa estabelecidos na Cláusula 4.12.1 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o inciso “l” se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas;
- (p) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (q) Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - q.1) à CVM;
 - q.2) à CETIP; e
 - q.3) à Emissora;
- (r) Acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 6.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (s) assegurar, nos termos do §1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura, bem como aos Debenturistas desta Emissão; e
- (t) Verificar o cálculo da Remuneração providenciado pela Emissora e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

10.5. Atribuições Específicas

10.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura:

- (a) Declarar, observadas as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) Requerer a falência da Emissora; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “c” e “d” acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.6. Remuneração do Agente Fiduciário

10.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo devida a primeira parcela 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura, e as demais na mesma data dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão destas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, caso sejam concedidas; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (a) da espécie da presente Emissão; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) No caso de celebração de Aditamentos, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;
- (d) As parcelas dos itens acima serão atualizadas pelo IGP-M à partir da Data de Emissão;

- (e) Os impostos vigentes a época do pagamento serão acrescidos à remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas respectivas datas de pagamento;
- (f) Os serviços previstos nesta Escritura são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações;
- (g) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (h) As remunerações não incluem as despesas razoáveis e usuais com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas razoáveis e usuais com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;
- (i) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e usuais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;
- (j) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e
- (k) Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características de Emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos.

10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

10.7.3. No caso de vencimento antecipado das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.4. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 10.7.1 e 10.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem

de pagamento.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Cremer S.A.

Rua Iguaçu, n.º 291/363

Blumenau, SC - CEP 89030-030

At.: Sr. Daniel Gushi

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Tel.: (11) 2102-8067

Fax: (47) 2123-8100

E-mail: acionistas@cremer.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13-C, Grupo 205

CEP 22640-100, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Antonio Amaro / Sra. Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: Antonio Amaro / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Escriturador e Banco Liquidante:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

Osasco, SP - CEP 06029-900

At.: BarrosSr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852

Fax: (11) 3684-2714

e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo, SP - CEP 01452-001

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1559

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama ou por e-mail nos endereços acima.

11.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

11.1.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 11.1.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

11.2. Renúncia e Independência das Cláusulas

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a estes ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3. Título Executivo

11.3.1 A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.4. Custos de Registro

11.4.1 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais Aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.5. Prazos

11.5.1 A não ser que de outra forma disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

11.6. Integralidade

11.6.1 Esta Escritura constitui a integralidade das regras e disposições sobre a Emissão, revogando e substituindo toda e qualquer oferta, material, informação, proposta, negociação ou entendimento anterior, exceto aquelas constantes do Contrato de Distribuição, da proposta de prestação de serviços do Agente Fiduciário e outros documentos correlatos mencionados nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, incluindo as declarações de investidores e publicações previstas na Instrução CVM 476.

11.7. Irrevogabilidade e Irretratabilidade.

11.7.1 A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

11.8. Lei Aplicável

11.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.9. Foro

11.9.1 Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de outubro de 2015.

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

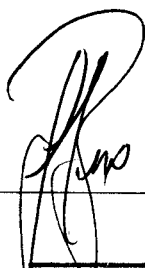
67. Q

Página de Assinaturas 1/6 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.

CREMER S.A

Nome:

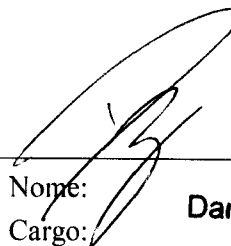
Cargo:



Leonardo Almeida Byrro
Diretor Presidente
CPF 269.275.368-25

Nome:

Cargo:



Daniel Nozaki Gushi
Diretor Financeiro
e de Relação com Investidores
CPF: 307.356.658-93

C

Página de Assinaturas 2/6 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.

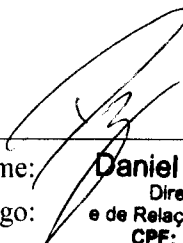
CREMER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.



Nome:

Cargo:

Leonardo Almeida Byrro
Diretor Presidente
CPF 269.275.368-25



Nome:

Cargo:

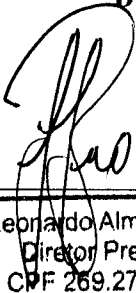
Daniel Nozaki Gushi
Diretor Financeiro
e de Relação com Investidores
CPF: 307.356.658-93

Página de Assinaturas 3/6 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.

DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.

Nome:

Cargo:


Leonardo Almeida Byrro
Diretor Presidente
CPF 269.275.368-25

Nome:

Cargo:

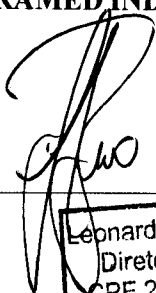

Daniel Nozaki Gushi
Diretor Financeiro
e de Relação com Investidores
CPF: 307.356.658-93

Página de Assinaturas 4/6 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.

EMBRAMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Nome:

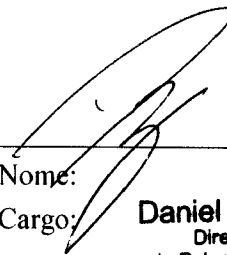
Cargo:



Leonardo Almeida Byrro
Diretor Presidente
CPF 269.275.368-25

Nome:


Cargo:

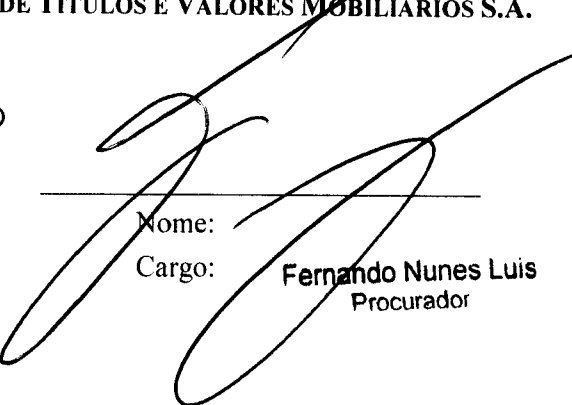


Daniel Nozaki Gushi
Diretor Financeiro
e de Relação com Investidores
CPF: 307.356.658-93

Página de Assinaturas 5/6 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: _____
Sonia Regina Menezes
Procuradora


Nome: _____
Cargo: _____
Fernando Nunes Luis
Procurador

Página de Assinaturas 6/6 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Cremer S.A.

Testemunhas:



Nome: Luciana Andraus
CPF: 363 360 358-38

Nome:
CPF:



ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS EMISSÕES

Nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que, além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures:

A) Quarta Emissão de Debêntures da Cremer S.A., que possui as seguintes características:

Valor da Emissão:	R\$ 200.000.000,00
Quantidade de Debêntures emitidas:	20.000
Espécie:	Quirografária
Prazo de Vencimento das Debêntures:	15 de abril de 2020
Tipo e Valor das Garantias e denominação das Garantidoras:	Não aplicável
Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período:	Não aplicável

67 Q
51